

RELAÇÕES ENTRE ÁREAS VERDES E A VITALIDADE URBANA NO PLANEJAMENTO DAS CIDADES¹

COVALESKI, J. P., Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: cvk.joani@hotmail.com;
PESSOTTO, W., Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: wellerpessotto@gmail.com;
ALVES, A., Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: alessandro1979@gmail.com;
ROMANO, F. V., Universidade Federal de Santa Maria, e-mail: fabriromano@gmail.com;

ABSTRACT

Considering that the city is not only a form of settlement, or a space of distribution of goods and services, but the product of an accumulation of characteristics of a local and susceptible actions made by several actors, it is up to the urban planning, to realize the most diverse forecasts and seek to meet needs in the short and long term, seeking to promote quality of life and ambience in space. In order to minimize the impacts of urban centers, three important urban planning models and spatial ordering principles were correlated in order to visualize factors that contribute to the qualification of city life. With a focus on urban planning and the incumbency of green spaces and building spaces in the whole and their influence on the vitality of the city, it is possible to highlight the importance of the presence of these spaces in the urban network, historically speaking and exponentially highlighting the advance technological.

Keywords: Urban planning. Free spaces. Quality of life.

1 INTRODUÇÃO

A partir das bases históricas que mostram a evolução das características tangentes ao planejamento urbano e indiciam que, de acordo com as necessidades temporais e realidades sociais visualizadas no conjunto urbano, existem itens mínimos que devem constar para que a vida no meio construído ou já imposto possua qualidade mínima necessária aos habitantes.

Nesse contexto de relação existente entre as áreas verdes urbanas e a promoção de qualidade de vida no meio construído foram analisados conceitos e bases teóricas que salientam esta relação e que explicitam o estreito laço que deve haver entre o planejamento das cidades, principalmente no contexto das preocupações de saúde urbana e vitalidade das mesmas, e a existência de equipamentos promotores destas características.

A construção de uma visão sobre as áreas verdes urbanas como equipamentos promotores e modificadores da vitalidade urbana, principalmente ligados ao âmbito do planejamento das cidades, vem como objetivo deste trabalho. Para tal, discorre-se referente as bases teóricas mais influentes que relacionam a vida urbana e o planejamento urbano, pautando

¹ COVALESKI, P., PESSOTTO, W., ALVES, A., ROMANO, F. V. Relações entre áreas verdes e a vitalidade urbana no planejamento das cidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 17., 2018, Foz do Iguaçu. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2018.

a necessidade da existência destes espaços na conjuntura da cidade desde o seu planejamento.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Buscando caracterizar o espaço de estudo e a ligação com o planejamento, dentre a vasta conjuntura de nomes e especificidades existentes na malha urbana, definem-se parâmetros e conceitos descritos a seguir para compreensão do tema abordado.

Sobre o espaço público, com base no urbanismo do movimento moderno Leitão (2002) sintetiza o seu papel, a forma e a função em três itens: a exterioridade, como a oposição do privado e do restrito, devendo ser aberto e possível de liberdade de vivência; a acessibilidade, na condição de característica viabilizadora ao uso comum; e o significado, salientando que estes locais geralmente são dotados de características simbólicas e memórias, onde registram-se os fatos urbanos constituintes da cidade.

Já as áreas verdes são caracterizadas por Hardt (1994) como espaços livres da cidade, onde não é levado em consideração o porte da vegetação, mas sim a predominância da permeabilidade e de características naturais. Kliass (1987) classifica as áreas verdes de acordo com quatro distinções:

- áreas verdes urbanas, sendo espaços abertos com predominância vegetal;
- áreas verdes naturais, tidas como aquelas onde não é possível que sejam feitas ocupações e edificações;
- áreas verdes de cultivo, que geralmente encontram-se nas proximidades das malhas urbanas e constituem cinturões verdes;
- áreas verdes urbanizadas, categoria que engloba desde pequenos parques até os bairros verdes, sendo composta de forma pelo verde resultante do desenho urbano.

Os parques urbanos existentes como elementos integrantes da composição das cidades, são tidos por Maymone (2009) como espaços que possuem dimensões significativas, de modo que possam contemplar diversos usos e funções, dando ênfase as questões ambientais, de recreação e aos aspectos sociais. Os parques urbanos estão intimamente relacionados com as cidades, como equipamentos promotores da integração da natureza com o meio construído, na tentativa de haver a reprodução de um ambiente natural na malha urbana.

3 VITALIDADE DAS CIDADES E PLANEJAMENTO URBANO

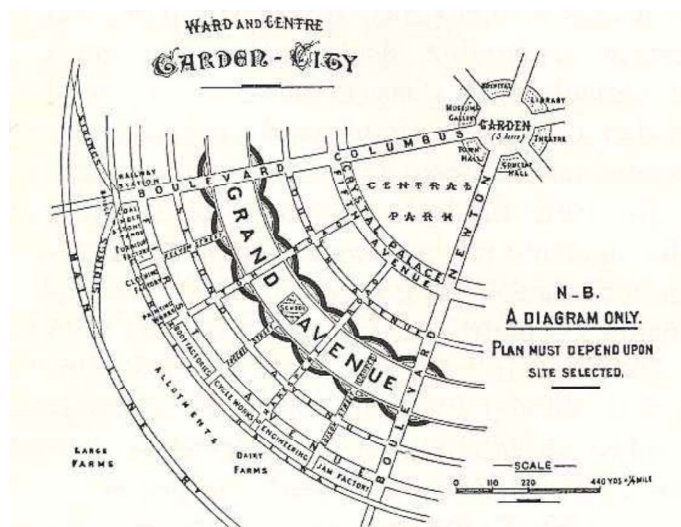
Em vista a fatos históricos sobre metodologias e busca de diretrizes para o planejamento de cidades, pode-se destacar três importantes pesquisadores que buscaram o estabelecimento de diretrizes e princípios para o planejamento urbano: inicialmente na teoria da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (2002), na primeira metade do século XX algumas proposições do

arquiteto Le Corbusier e as propostas elaboradas no início da década de 1960, de Jane Jacobs.

De acordo com Howard (2002), são apresentadas ideias não somente para uma cidade, mas para aglomerados de cidades, tendo como finalidade a preservação do espaço urbano próximo do setor agrícola, em prol da existência de uma sociedade na qual houvesse uma maior consideração pelo bem-estar.

A representação gráfica desta tipologia urbana, apresentada como um diagrama funcional a ser adaptado ao sítio, com forma circular, ressalta o funcionamento da cidade. No seu centro ficavam localizados os edifícios públicos, de arte, cultura e saúde dispostos como um jardim ao qual os cidadãos eram conduzidos por seis avenidas. Envolvendo o centro urbano há um parque contendo áreas de recreação e lazer, e após o anel residencial com lotes contendo dimensões mínimas de 186 metros quadrados e sequencialmente a Grande Avenida que divide a cidade em duas faixas circulares havendo como confrontante desta na parte externa da cidade as fábricas e armazéns.

Figura 1- Diagrama de Ebenezer Howard para a cidade-jardim.



Fonte: Benevolo (1974).

É visto a crescente preocupação de incluir ao meio de vida urbana áreas verdes, além disso, um dos principais fundamentos da cidade é identificado a partir deste modelo, o zoneamento urbano. Com a divisão do uso do solo em: comercial, residencial, industrial e as áreas verdes, surgem alterações de antigos princípios e inclui-se como necessidade mínima a existência destes 4 grupos para uma boa relação entre o conjunto.

A articulação e o funcionamento destes setores fazia com que a periferia perdesse sua valoração e reduzisse os cinturões agrícolas a apenas áreas verdes circundantes das zonas urbanas, Le Corbusier considerou que "esta

teoria, nas cidades-jardim da Inglaterra, dos Estados Unidos, criou a desarticulação do fenômeno urbano” (LE CORBUSIER, 1979).

O arquiteto traz às concepções de planejamento urbano a importância da renovação da própria arquitetura e do urbanismo, salientando a implantação de edifícios, fazendo com que desta forma haja uma maior usabilidade do espaço vertical, tornando a horizontalidade em sua maioria, dotada de vegetação ou arborização, para maior integração com espaço natural e menor massa de construções que obstruam a sua existência.

Porém, a metodologia urbana de Le Corbusier, segundo Maragani Filho (2010) é evidenciada como um exemplo de planejamento racional e organizado em todos os aspectos e detalhes de serviço urbano, não possibilitando a existência de uma cidade espontânea e certamente desorganizada.

Bittencourt (2010) salienta que a cidade não é só uma estrutura espacial, mas também o resultado do produto moldado pela sociedade, em conjunto com as ações históricas, sociais, econômicas e políticas em que foi gerado e habitado.

Para Jane Jacobs (2000), que aborda o funcionamento das cidades na prática em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, escrito na década de 1960, o funcionamento destas no cotidiano é a única forma de saber que princípios de planejamento e quais iniciativas promoverão à cidade a vitalidade socioeconômica e quais impossibilitarão este processo.

Entrando em acordo com Jacobs (2000) e assumindo que o objetivo do planejamento urbano é fazer com haja vitalidade no conjunto, levando em consideração que para que isso seja possível é necessário haver diversidade de usos em locais específicos, existem algumas metas que devemos traçar para a obtenção da vitalidade urbana, que de acordo com Maragani Filho (2010) são os cinco itens descritos abaixo:

- Promover a diversidade de usos e usuários, estimulando como força econômica;
- Haver a contribuição de usuários e proprietários na segurança, através da interpenetração de vizinhanças;
- Evitar as fronteiras desertas, e quando existentes que promovam a identificação das pessoas;
- Estimular forças econômicas construtivas e projetos pessoais;
- Por meio de promoção e compreensão da ordem funcional, explicitar a ordem visual das cidades.

Essas metas que se inter-relacionam e contribuem para o diagnóstico urbano, são ferramentas auxiliares e recomendadas para aplicação de medidas de revitalização. Quando analisados os aspectos da conjuntura de um parque urbano, são observadas que as relações desses cinco itens convergem para

ele, não só como sendo parte da composição da cidade, mas também como objetivos a serem cumpridos.

É nesse sentido que a implantação de áreas verdes vem sendo adotada e discutida em diversas metodologias como ferramentas que visam minimizar a deterioração da qualidade de vida, visto que é um item de máxima importância na malha urbana, não só para a existência de um espaço de cultura e lazer, mas como item de desenvolvimento e de saúde pública-ambiental.

4 CONCLUSÕES

Com a disseminação da ideia, advinda do romantismo no século XVIII, de que as cidades eram inimigas da natureza, devido sua irracionalidade e caos, é que se pode constatar a existência do equívoco que há entre a relação do homem e da cidade com o restante da natureza. Marangoni Filho (2010) salienta que os seres humanos fazem parte da natureza e que desta forma as cidades também são parte integrante dela, todavia de uma natureza transformada, mas que imprescindivelmente deve possibilitar que os habitantes possam ter acesso e possam observar a natureza na cidade, através da existência de parques, áreas verdes, rios limpos, atmosfera limpa e etc.

Maymone (2009) contextualiza o movimento pela criação de parques, ocorrido no início do século XX, num período em que os ideais de democracia ganham grande difusão, como reação contra os males das cidades industrializadas. Sendo de acordo com Melazo e Colesanti (2003) “[...] equipamentos urbanos complementares para as cidades urbano-industriais que surgiram proporcionando um local de lazer e recreação. [...]”

É assim que pode-se verificar a relação das áreas verdes como ambientes promotores de saúde e bem-estar em meio aos centros urbanos. Ainda que os conceitos sobre as funções destes espaços sofram alterações ao longo da história, a necessidade da inserção e da existência destes ambientes é vista claramente em todos os aspectos que os pesquisadores abordam.

Em prol da vitalidade no planejamento das cidades, é que se fazem ainda mais necessários estes espaços, devendo estar intimamente ligados com as políticas públicas e o planejamento urbano, compreendendo que a base da sua intervenção é promover o bem-estar dos segmentos sociais.

Em suma, compreende-se que para que a cidade possua vitalidade em seus aspectos sociais, econômicos e culturais o planejamento urbano e o desenho urbano não sejam apenas componentes técnicos. Estes devem também relacionar-se com os aspectos ambientais, valorizando a natureza como parte integrante da cidade, evidenciando assim a importância dos espaços livres de edificação e das áreas verdes.

REFERÊNCIAS

BENEVOLO, L. **Historia de la Arquitectura Moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

BETTENCOURT, L. C. F. A. **A Morfologia Urbana da Cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes: Malha urbana nº 10**. - 2010. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

COLESANTI, M. T. M. Parques urbanos: importantes "espaços verdes" na dinâmica ambiental das cidades. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/2srg/5/5-11.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

HARDT, L. P. A. **Paisagismo de praças e parques**. Curso sobre Arborização urbana. Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba, 1995.

HOWARD, E. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Annablume, 2002. Fontes.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: PINI, 1993.

KOHLER, M. C. M. et al. Áreas verdes no município de São Paulo: análises, tendências e perspectivas. In: CONGRESSO INTERAMERICANO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 27., 2000, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 2000. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsaidis/impactos/vi-050.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

LE CORBUSIER. **Os Três Estabelecimentos Humanos**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LEITÃO, L. (Org.). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

MARANGONI FILHO, M. **Planejamento, Estatuto Da Cidade e o Espaço Urbano de Mogi Guaçu – SP**. 2010. Tese de Doutorado em Ciências – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

MAYMONE, M. A. A. **Parques Urbanos – origens, conceitos, projetos, legislação e custos de implantação**. 2009. Estudo de caso: parque das nações indígenas de Campo Grande, Ms. Dissertação (mestrado em?) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS. 2009.